



V ENCONTRO INTERNACIONAL DE LITERATURAS, HISTÓRIAS
E CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS E AFRICANAS

I Encontro Internacional de Culturas Afrodescendentes e
Indígenas da América Latina e Caribe

MULHERES NOS TERREIROS DA ESPERANÇA: RESISTÊNCIA NOS TERRITÓRIOS E A COMUNICAÇÃO EM DIALOGICIDADE

Sarah Fontenelle Santos¹

Carmen Kemoly da Silva Santos²

Resumo

Este artigo tem como objetivo sistematizar a experiência do processo vivido (JARA, 2005) no Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança. Nosso contexto parte da resistência frente ao Programa Lagoas do Norte (PLN) que reflete um modelo de cidade desenvolvimentista (LANDER, 2005) e viola o direito à cidade (HARVEY, 2013) de 13 bairros da Zona Norte da capital. O PLN se encontra em sua segunda fase. Nesta etapa, dois pontos são cruciais para quem vive na região há mais de cinquenta anos, vivendo das olarias, das vazantes dos rios Parnaíba e Poty e da pesca: a defesa de suas moradias, que em sua ampla maioria não possuem regulação fundiária, sofrendo um processo de desapropriação; e a selagem (marca para desapropriar) também de terreiros de religiões de matrizes africanas, violando o direito de fé e do espaço sagrado protagonizado, sobretudo, por mulheres mães de santo. Neste contexto, surge o projeto de comunicação

¹ Jornalista e Relações Públicas pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Especialista em Educação do Campo pela UESPI, Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí, professora do Curso de Jornalismo na Faculdade de Ciência e Tecnologia do Maranhão (Facema). E-mail: fontenellesarah@gmail.com.

² Jornalista pela UESPI. Mestranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), comunicadora social na Coletiva Flores. Ser Comunicação. Email: carmoly@hotmail.com

popular Mulheres nos Terreiros da Esperança, onde realizamos diálogos e oficinas que levantam discussões sobre direito à cidade, ancestralidade e memória coletiva na região berço da capital. A comunicação proposta causa ranhuras no dogmatismo técnico do jornalismo e da comunicação propondo um plurólogo possível (MEDINA, 2003).

Introdução

Este trabalho tem por objetivo sistematizar a experiência (JARA, 2005) do processo vivido em torno do Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança, realizado como forma de resistência dos atingidos pelo Programa Lagoas do Norte (PLN) na zona norte de Teresina, capital do estado do Piauí. Deste modo, traz um levantamento do que é o PLN e de como o mesmo vem impactando as populações tradicionais. Além disso, também fazemos uso da observação participante.

Como parte do processo de compreensão dos modos de vida tradicionais desde os saberes e práticas à margem do modelo de vida hegemônico, ocidentalizado, buscamos nas epistemologias do sul a base para compreender a cosmovisão de mundo desde uma circularidade. Bispo (2015), nos traz à luz da compreensão de que os povos colonizadores têm uma visão linear do mundo, enquanto o povo tradicional afro-pindorâmico, em seu dizer, traz uma compreensão circular do mundo. Então buscamos traçar um paralelo entre as teorias que problematizam a modernidade-colonialidade e a urgência de uma cidade contra colonizada.

No percurso do projeto mergulhamos na prática da reportagem coletiva, onde se faz presente a práxis de uma comunicação horizontal e solidária, buscando a quebra da hierarquia de saberes e técnicas.

Cabe ressaltar que em nossa construção a palavra terreiro tanto tem significado relacionado aos quintais, tal como se costumava chamar outrora, quanto se refere às casas de religião da matriz afro-brasileira. Faz-se necessário destacar também que, para fins de preservação dos sujeitos participantes do Projeto, optamos por utilizar as iniciais dos nomes dos sujeitos envolvidos no processo.

Lagoas do Norte pra quem?

Ao adentrar a Av. Boa Esperança, acesso para o Complexo turístico Lagoas do Norte, saltam aos olhos uma comunicação que grita escorrendo em tintas. As faixas,

cartazes e pichações nos muros dão as boas-vindas a partir de uma resistência que escancara um outro lado do PLN, que por sua vez encontra-se na sua segunda fase de implantação. Estampadas estão frases como “Firmino (prefeito) minha casa, minha vida. Daqui ninguém me tira”, ou ainda “50 anos, não são 50 dias. Exigimos respeito”. A estratégia tem o objetivo de denunciar as tentativas de desapropriação por conta do PLN, ação da Prefeitura Municipal de Teresina (PMT).

O PLN tem objetivos declarados de “(re) vitalizar e (re) urbanizar a área das lagoas do norte da cidade de Teresina-PI” (PEREIRA, 2017, p. 32). A cartilha do Programa (TERESINA, 2014) explica que o PLN é um conjunto de ações integradas desenvolvidas pela PMT para resolver problemas sociais, urbanísticos e ambientais. Fruto de parceria entre a PMT, Governo Federal, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Banco Mundial (BM), o programa movimenta uma vultosa soma de 100 milhões de reais em investimentos. Desta soma, 70 milhões são provenientes do BM e 30 milhões diz respeito à contrapartida da prefeitura e do Governo Federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (TERESINA, 2014). Para a segunda fase do programa, serão investidos 396.880.723,00 reais, dos quais 50,1% serão provenientes do BIRD e outros 49%, oriundos de contrapartida da PMT e do Governo Federal.

Dos 25 bairros da zona norte da capital, 13 serão impactados com o PLN. A Av. Boa Esperança ocupa um lugar estratégico, por ser uma via de acesso a vários pontos turísticos e de importância cultural, incluindo o Polo Cerâmico e o Encontro dos Rios. Segundo relatório do Marco de Reassentamento (TERESINA, 2014), a partir de dados elaborados em 2006, 1588 imóveis seriam afetados “ou por estarem em risco de inundação ou por estarem localizados no território requerido pelas obras” (TERESINA, 2014, p. 12). Segundo levantamentos de Pereira (2017), na segunda fase do programa serão mais de 2.000 famílias afetadas. Diante do exposto, problematiza-se: revitalizar e urbanizar para quais interesses? O que este capital transnacional, representados pelas agências internacionais, ousa com tamanho financiamento? Que jogo de interesses atravessa esse “grandioso” investimento? Talvez não encontremos respostas no âmbito deste trabalho, mas cabe refletirmos sobre esses questionamentos que insistem no imaginário e na resistência dos impactados.

O argumento de risco de inundação é utilizado, por exemplo, para desapropriação das famílias da Av. Boa Esperança e para a duplicação da mesma. No entanto, as famílias

lá residentes há 50 anos queixam-se de que este argumento não é válido e apontam que há uma perspectiva higienista de retirada da população para especulação imobiliária. “O prefeito diz que a região é nobre, por isso, não nos quer aqui”, afirma repetidas vezes L.O, uma das lideranças locais. Outra residente impactada pelo PLN, F. O., questiona porque a Prefeitura não mexe com o outro lado da avenida, o tradicional corredor de motéis da cidade.

Nota-se que os interesses empresariais sobressaem na região da periferia que abrigou os negros e indígenas desde o início da história da cidade, comumente criminalizada, e que agora se torna um rentável ambiente para negócios, atendendo às perspectivas de uma cidade para o consumo, como afirma Bomfim (2010). Mas, o movimento reúne força, em sua maioria feminina e com recorte amplo para pessoas idosas – os detentores das memórias mais preciosas desta história.

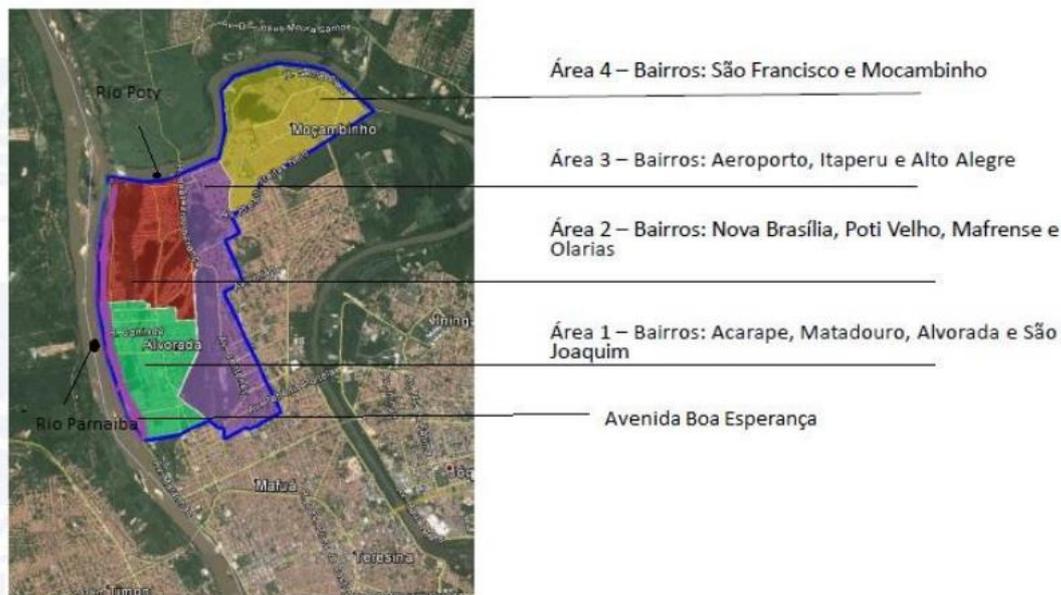


Figura 1 – Bairros atingidos pelo PLN, (PEREIRA, 2017, p. 34).

Segundo Pereira (2017), o processo de ocupação da cidade data de 1800 nas áreas que compreendem a zona norte da cidade, apesar de que o processo de aceleração da ocupação tenha sido acentuado na zona leste entre os anos 1970-1980, quando o crescimento se deu em toda a cidade,

Sobretudo, naquelas de ocupação mais antiga, como a zona norte, que, em virtude, de grande especulação imobiliária nas zonas sul e leste, tornou-se o lugar “preferencial” de vida e habitação tanto para as famílias de baixa renda já residentes em Teresina, quanto para aquelas recém-emigradas do interior do Piauí e de estados vizinhos (LIMA, 2010; MOURA, 2006 *apud* PEREIRA, 2017).

E, de fato, a história ali contada é de muitas andanças. Dona M. P. de M. mesmo, é dessas que veio do Maranhão ainda criança, não sabia ler nem escrever, e agradece aos mafrenses por ter sido nesta terra que dialogou com as letras. Se juntou às vazanteiras, trocando o coco babaçu por idas e vindas ao mercado para vender seus produtos, tarefa que não gostava.

Mesmo com toda a riqueza patrimonial, material ou imaterial, destes sujeitos, a prefeitura de Teresina não hesita em desconstruir e reconfigurar o espaço. Na primeira etapa do PLN, os oleiros foram o foco de desapropriação, “reassentamento involuntário”, como é chamado por eles. No período compreendido “entre 2009 a 2014 foram atendidas 493 famílias” (TERESINA, 2014, p. 13). Destas, 327 foram reassentadas no Residencial Zilda Arns, Bairro Nova Brasília, em apartamentos de 32 m². O tamanho da moradia está entre os principais incômodos, bem como o atraso no pagamento das indenizações das famílias que assim o preferiram (TERESINA, 2014). Para quem tinha como quintal o rio e a vazante, em um modo de vida entranhado com a terra, ir para blocos de concreto e desterritorializado de sua história, é um choque.

De outro lado, a PMT se arde em glórias por ter recebido Prêmio da Caixa Econômica Federal por boas práticas socioambientais, graças ao reassentamento involuntário. Como indulgência, a “paciência franciscana” da Prefeitura” (como aponta o próprio relatório, TERESINA, 2014) delegou aos oleiros novos ofícios permitidos por meio de cursos de pedreiro, cabeleireiro, corte e costura e de informática. Certamente, na mente gestora da prefeitura, esta caridade, junto à entrega de um salário mínimo de R\$ 545 (valor da época), durante quatro meses, daria conta de realocar estes sujeitos no mercado de trabalho.

Pois bem, é L.O – ela que também foi oleira - quem questiona sobre as mudanças dos modos de vida dos oleiros removidos, antes organizados segundo uma cosmovisão circular em que ora davam conta das vazantes, ora manipulavam o barro, de acordo com o que as condições naturais permitissem. Sobre a cosmovisão circular, Bispo (2015) nos chama atenção para uma forma de vida que contrasta a linearidade monista eurocêntrica (desterritorializada) à cosmovisão circular politeísta afro-pindorâmica (territorializada).

Ocorre que a vida (re) existia em uma biointeração (BISPO, 2015) – confluência interativa com os elementos da natureza – às margens das lagoas e rios da zona norte da capital. Este modo de vida circular apontado por Bispo (2015), atravessa as manifestações culturais, as formas de trabalhar, a religiosidade, a política de vivência, quer dizer, todas

as dimensões da vida. Ao serem postos a morar dentro de apartamentos de 32m² e a exercer profissões estabelecidas pela prefeitura, acaba-se por desestabilizar, desterritorializar e insistir na quebra do processo circular cosmovisiva dos sujeitos.

Mulheres na construção de uma cidade de esperanças

Buscamos os caminhos para pensar uma cidade contra colonizada a partir de Bispo (2015). Segundo ele, há uma dinâmica de resistência subjacente nas ações dos subalternizados. Corroboramos também com a análise de Porto-Gonçalves (2005), ao afirmar que não se trata de pôr um saber acima do outro, mas sim de ressaltar o protagonismo dos povos oprimidos e colonizados.

O pensamento moderno-colonizador, de acordo com ele, traz uma ideia de que há um saber atópico e universal, um saber de lugar nenhum (PORTO-GONÇALVES, 2005), deixando os povos do sul a mercê de uma noção de prosperidade exterior, ao mesmo tempo em que anulamos nossos saberes a tal ponto que não nos reconhecemos. Bispo (2015) questiona, também, a noção de desenvolvimento imposta aos povos do sul.

qual a diferença entre os ataques dos colonizadores contra os quilombolas dos Palmares no século XVII e os atuais ataques praticados pelo grande capital contra as comunidades atingidas pelos mega projetos ditos “empreendimentos” como, por exemplo, a construção da hidrelétrica de Belo Monte? (BISPO, 2015, p. 21).

Do mesmo modo, os processos colonizadores continuam a perpetuar a negação de direitos ao tempo em que inviabilizam a produção e reprodução das diferentes formas de ser e participar no mundo. Os atingidos pelo PLN questionam na mesma concepção de Bispo, “Lagoas do Norte pra quem?”. Para quem uma cidade urbanizada, dita desenvolvida, se os sujeitos construtores desta cidade não podem participar do desenvolvimento?

A estilística do PLN cumpre o papel da cidade moderna, a cidade para o consumo (BOMFIM, 2010), reafirmando que o modelo de consumo está baseado na poluição visual: cenário de publicidade, arranha-céus; imagem da qualidade: nova agenda para a cidade baseada na qualidade do espaço público, nos elementos urbanos e arte pública; mudança econômica: planejamento estratégico e mecanismos fundamentais para vender as cidades aos usuários e aos investidores.

Tomando por base o modelo citado acima, o programa urbanístico implantado na zona norte da capital, pela PMT, gestado ainda nos idos de 2001 durante a elaboração do Teresina Agenda 2015, se configura como a construção de uma cidade com uma imagem de qualidade sob a perspectiva de uma agenda que intenciona colocá-la como isca econômica na competitividade moderna. Para tanto, como afirma L.O, para a PMT não é possível que permaneça uma imagem cujo cartão-postal expõe a população considerada pobre. No prognóstico da população, serão construídos grandes prédios de luxo, tal como ocorreu no processo de urbanização da zona leste da cidade, onde condomínios de luxo e *shoppings centers* foram construídos às margens dos rios e sobre lagoas.

Durante uma das reuniões de mobilização (no dia 05 de julho de 2017) os moradores relatam sobre o processo de especulação imobiliária. B. J. diz que há hectares que já valem de 500 mil a um milhão de reais. F. O. também se manifesta afirmando “o IPTU do Seu V. está avaliado em 300 mil”, ao que é respondido prontamente por L. O.: “Realmente, como o prefeito afirma, a nossa região é muito nobre e o que faz dela mais nobre ainda é a nossa história. E nós vamos lutar pela posse destas terras”.

Dessa forma, vemos que a cidade se constrói sobre as bases de um pensamento eurocêntrico, universalista e homogeneizador. Lander (2005), tomando como base Escobar, afirma que a partir das desigualdades de poder, pensamento colonizador opera sob o discurso do desenvolvimento.

O modelo de desenvolvimento desta cidade-museu, exclui de sua participação, sobretudo, as mulheres. Segundo Franco; Francisco e Tavares (2017), independente de estarmos nos centros ou nas periferias, recai sobre os corpos das mulheres uma perversidade na experiência urbana, onde atuam o machismo e o racismo. Segundo as autoras, a maioria da população negra ocupa os espaços de pobreza, vulnerabilizados por políticas públicas de habitação e infraestrutura precária; “as mulheres negras, maioria na população também nestas áreas, acabam sofrendo ainda mais estas iniquidades” (FRANCO; FRANCISCO, TAVARES, 2017, p. 12). Sobre isto, as mulheres constroem sua resistência pela solidariedade com puxadinhos improvisados, coabitação e laços comunitários.

É sob esta ótica que resistem as mulheres da frente “Lagoas do Norte Pra quem?”. Nos diversos espaços de oficinas, vivências e aprendizagens vimos histórias de luta que se materializavam na construção da escola, da creche, igreja, dentre outros espaços que foram feitos sob o protagonismo das mulheres. É recorrente a história de solidariedade

das mulheres que se reuniam para tecer os enxovais das mulheres grávidas, pois na vida comunitária a vida e educação de uma criança é de responsabilidade da coletividade.

Ora, se entendemos que é sobre os corpos das mulheres, sobretudo as negras, que recai a desumanização dos corpos, a mutilação da cidadania, por via da perda de suas histórias; se entendemos que são estas sujeitas que gastam mais tempo no cuidado do lar e da família e que, portanto, é sobre estes corpos que pesam a precariedade da falta de equipamentos públicos, são também estas sujeitas que irão abrir as portas para construção de uma cidade coletiva. Desse modo, questionamos, podem essas lutas de enfrentamento promoverem possibilidades para (re) inventar novos modos de vida na cidade em meio a todas essas formas de violências?

Bomfim (2010), ao propor pensar em uma cidade envolta em uma afetividade, nos move a pensar a partir do corpo-sujeito, onde o afeto é mais que emoção. É razão e emoção. “As emoções e sentimentos podem ser reveladores de como os indivíduos conhecem a cidade e como agem sobre ela” (BOMFIM, 2010, p, 65). É também Bomfim (2010) quem nos diz que os sentimentos negativos e positivos não necessariamente estão entre os polos bom e ruim. Desta feita, lembra-nos as falas das mulheres mapeando suas memórias na Oficina de Cartografia durante o Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança, em falas como “passamos momentos difíceis”, ou mesmo, “sabia que era difícil, mas também eram os melhores momentos”. Elas seguiam a mapear os locais de brincadeiras, reuniões e trabalho. Dessas mulheres, que construíram a cidade pouco a pouco, intuímos que o faziam a partir de uma apropriação da cidade de forma cidadã, tal como diz Bomfim: “Uma construção cidadã da cidade dá-se, então, na potencialização de ações que vão além da *eficácia de ação* para se apresentar como ‘potência’ de ação” (BOMFIM, 2010, p. 68).

Aliado a este pensamento, também trazemos Harvey (2013) ao discorrer sobre o direito à cidade como um processo que vai além de acessar as benfeitorias dos espaços urbanos, mas sendo o direito de construir a cidade segundo suas próprias demandas e desejos.

A implicação é que nós, individualmente e coletivamente, fazemos nossa cidade através de nossas ações diárias e de nossos engajamentos políticos, intelectuais e econômicos. Todos, somos, de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos (HARVEY, 2013, p. 28).

É sobre essa possibilidade de construir esta cidade com afeto e sob a perspectiva do direito à apropriação e reconhecimento, que cremos nas dinâmicas e movimentos dos resistentes atingidos pelo PLN.

Cidade e ancestralidade

Para Bispo (2015), no plano individual, as pessoas afro-pindorâmicas foram e continuam sendo tachadas de inferiores. Historicamente, os bairros da zona norte da capital são apontados como as periferias perigosas e inferiores ao restante da população da cidade. Logo, se são inferiores, suas casas são inferiores e merecem ser derrubadas e sua gente desterritorializada. Esta lógica denota processos de colonialidade de poder/saber, que reverberam em processos de subalternização. Contudo, os modos de resistir das pessoas que narram e vivem estas histórias, configuram processos de dessubalternização quando, potencializadas pelos desejos de resistir, constroem suas trincheiras para lutar e re-existir em meio às violências enfrentadas.

É na cidade também que as resistências do ponto de vista cultural se acirram. Para Carmo e Carvalho (2017), a religião e o fazer religioso compõem os distintos cenários urbanos. As autoras percorrem as tensões existentes entre a questão religiosa de matriz afro nos territórios atingidos pelo Programa Lagoas do Norte. Com base em Lima (2014) e Chaves (1998), as autoras perfazem o caminho desta religiosidade que, em Teresina tem uma relação forte com os indígenas que se alocavam a beira dos rios Poti e Parnaíba (região norte e centro-norte da capital).

Marco histórico da cidade de Teresina, a região Norte também é visada pelo poder público e empresários por conta de suas belezas naturais. Segundo Carmo e Carvalho (2017) os aspectos físicos e geográficos dialogam com os modos de vida, memórias, saberes, tradições culturais (bumba-meu-boi, capoeira, blocos de carnaval, lendas), religiosidade (povos de terreiros, católicos, evangélicos), atividades oleiras e artesanais. São portanto, espaços demarcados por uma ancestralidade, no dizer de Bispo (2015) Afropindorâmica.

Segundo Silva (*apud* CARMO; CARVALHO, 2017), há na região norte cerca de 210 casas de culto religioso afro-brasileiro, porém este dado é subnotificado, devido a poucas pesquisas. Por contradição, o projeto que visa criar espaços de cultura e zelar pelo meio ambiente apresentando-se como um programa de qualificação urbanística, sela casas de santo para possíveis desapropriações. Carmo (2017) apresenta em sua

dissertação, que visitou pelo menos quatro terreiros e um congá ameaçados de desapropriação, contudo, a autora ressalta que podem existir mais terreiros nesta situação. Além disso, ela destaca que, como os filhos e filhas de santo também residem na região, muitos deles tem suas moradias ameaçadas. Diante disto, a PMT apresenta como medida compensatória a criação da Praça dos Orixás. Implantada em novembro de 2017, a praça foi motivo de discórdia entre os moradores: houve quem aplaudisse; houve quem – de outras religiões – se sentisse excluído e, houve quem dissesse que a construção de uma praça não estava a altura de compensar a violação do direito a cidade, uma vez que o PLN desapropria moradias e casas de santo. Mais uma vez, vigora a lógica excludente dos colonizadores sobre os povos tradicionais colonizados (ou, no dizer de Bispo, povos contra-colonizadores).

Os saberes das experiências em processo de dessubalternização

A reportagem conta, narra, apura, anota, cruza e costura fatos e fontes. A arte de saber coletar e registrar o cotidiano é parte integrante da existência. A crescente sede de narrar a cidade para além da mídia tradicional hegemônica levou jovens ativistas por outra comunicação possível até os quintais de esperança dos atingidos pelo PLN. O Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança nasce, pois, da união de jovens do Coletivo Flores. Ser Comunicação, então nascente, com os entrelaces dos caminhos militantes junto ao Centro de Direitos Humanos Ferreira de Sousa (centro que a comunidade criou por desventura dos temores do PLN e pela ventura da resistência dos moradores do Bairro São Joaquim).

Então, parte-se a uma compromisso coletivo na compreensão de que a comunicação e as experiências jornalísticas devem ser democratizadas. Neste ponto, poderíamos dissertar longamente sobre a concentração dos meios de comunicação no Brasil e no Piauí, no entanto, a fala do Senhor C. pode ser explicativa dos processos de criminalização e invisibilização dos setores populares pelos meios de comunicação: “(...)Ele não vai publicar 30%. Porque já foi feita pesquisa aqui, vem o pessoal pra fazer a entrevista e tudo e quando a gente vai olhar na televisão no outro dia, as coisas que está a nosso favor não são publicadas”.

O projeto parte do descontentamento devido à invisibilização na mídia da resistência dos atingidos pelo PLN, embora os mesmos se auto-organizem há cerca de 10 anos. O projeto Mulheres nos terreiros da Esperança é um projeto de Comunicação

Popular, possibilitado pela CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços) e SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia, por meio do edital “Mulheres Negras e Populares: Traçando caminhos, construindo direitos”. O objetivo foi levantar discussões e ações no que se refere aos direitos das mulheres, no campo dos direitos humanos, memória, patrimônio e ancestralidade. O projeto orientou-se sob os eixos: direito à cidade; comunicação e mulheres; gênero e raça; ancestralidade e espiritualidade. Os encontros aconteceram entre os meses de julho a novembro de 2017.

A luta na grande região atingida pelo PLN é feita majoritariamente por mulheres com recorte geracional muito demarcado: são pessoas entre 40 e 80 anos. Este recorte nos deu um *start*: são precisamente essas mulheres que lutam pelo seu direito à cidade e à moradia e que detêm a memória destes lugares. É por esta razão que a resistência emana destes corpos contra colonizados que carregam em suas rugas e no arrastar dos pés a luta pela construção da escola, da creche, das reuniões debaixo dos pés de angico, das feiras improvisadas ao longo da avenida da Boa Esperança, que então era mais mata nativa que asfalto, no *reggae* da radiola que reunia os moradores, na discoteca improvisada, no desfile da miss olaria e tantas outras histórias que fazem parte do patrimônio da região.

Trazemos à luz desta descoberta a mexicana Glória Anzaldúa ao dissertar sobre “A consciência da mestiça/Rumo a uma nova consciência”. Ela traz traços marcantes de uma cultura indígena em seu âmago e afirma: “Nascida em uma cultura, posicionada entre duas culturas e seus sistemas de valores, la mestiza enfrenta uma luta de carne, uma luta de fronteiras, uma guerra interior” (ANZALDÚA, 2005, p. 705). Segundo ela, as estratégias do colonizador para invisibilização parte do apagamento de suas histórias e suas experiências, passando a distorcer as mesmas. Como estratégia ela defende: “Nossas mães, nossas irmãs e irmãos, os rapazes que ficam nas esquinas, as crianças nos parques, cada um de nós devemos conhecer a nossa linhagem indígena, nossa mestisaje-afro, nossa história de resistência” (ANZALDÚA, 2005, p. 704). Em busca destas memórias que tecem ancestralidade fomos às ruas ao encontro do povo - nos possibilitando o desmonte do jornalismo dogmático na construção da história desses “Outros”.

Ensaçando essa escuta viva, o olhar atento e compartilhado, costurando teias fortes entre nós e outros, reportando e registrando, é que a primeira atividade nos surpreendeu com o óbvio: “Ver, ouvir e tecer” foi a primeira oficina do projeto (no dia 08 de julho de 2017). Poesia, medicina natural, a força do sagrado feminino, da história feita pelas

próprias mãos, tijolo por tijolo, despontaram a partir de um vídeo intitulado “A voz das Avós no Fluir das Águas”.

A primeira oficina foi determinante para mergulharmos no íntimo das possibilidades que se apresentavam. Dona H., constantemente relacionando “o pouco que entendeu” (como ela afirma) do filme com o seu quintal. Assim como as avós xamânicas do vídeo, ela dizia de sua relação com o rio e, do começo ao fim, falava de suas plantas, uma a uma, entremeando com os relatos de sua história que a essa altura não era mais sua, mas sim embutida em uma coletividade de afetos. Sentadas no chão da Escola Dilson Fernandes, sob um pano-tela, adolescentes, senhoras e jovens desenhavam suas histórias. A memória se torna combustível ao escapar das mãos de Dona C. as frutas, potes de barro e, sobretudo, a cacimba – espécie de poço, símbolo recorrente nas narrativas locais.

Nossa próxima oficina caminhou no sentido de fortalecer o círculo motivado por muitas narrativas e afetos. “Circulando entre memórias” foi uma oficina de entrevista no quintal da Dona H.. Curiosas estávamos para conhecer sua sabedoria com ervas; tanto que nossa roda começou com uma apresentação/reencontro com os nossos laços e a sabedoria ancestral das plantas da beira do Parnaíba. Após uma exploração no quintal/terreiro da esperança H., cada um e cada uma se apresentou com o nome de uma planta justificando porque merecia permanecer ali. Jalapão, vinagreira, tamarindo, limão, penicilina... e descobrimos que o quintal tinha mais dezenas de plantas do que a própria Dona H. havia comentado.

Nesta atividade, partimos das concepções de Cremilda Medina (2003), pois a entrevista jornalística se desloca da técnica para a arte do diálogo. É essa mesma autora que propõe as entrevistas de compreensão desde a experiência de uma arte dialógica, que seja, o plurólogo. Aqui se abre lugar à perspectiva sujeito-sujeito, onde, segundo Medina (2011), não existe hierarquia entre entrevistador e entrevistado. E, deste modo, quebrando normas e hierarquias, se formaram pequenos círculos de plurólogos, nos quais se elegeu uma personagem para contar sua história aos demais que, por sua vez, estabeleciam uma ponte deles próprios em busca da descoberta do outro. Nesta perspectiva solidária, a ponte que leva ao Outro, leva ao Nós.

Rumo a um dos terreiros de umbanda selado pela prefeitura – a população teme esta selagem pelo fato da prefeitura chegar sem avisar e, muitas vezes, sem pedir licença, demarcando as casas que, possivelmente, serão desapropriadas – chegamos no Bairro Mafrense. No terreiro da Mãe A. realizamos a atividade “Religando vivências”. Ela, uma

jovem mãe de Santo que está dando continuidade a uma história de mais de 30 anos no mesmo terreiro, cuja missão herdou de sua avó. Ela se questiona porque a prefeitura agiu de “má fé” e indaga: “minha avó faleceu, mas os fundamentos dela estão aqui, que o guia dela plantou. Como eu vou retirar eles e colocar em outro lugar?”. Mãe A. se refere à proposta que a prefeitura tem feito a muitos terreiros: mudar para outro bairro. Uma de suas filhas, durante a roda de diálogo pós exibição de filmes que traziam a temática de espaços sagrados, se ressentia ainda de que muitos pais e mães de santo não apoiam a luta em defesa da permanência das tendas espíritas. Esta é uma problemática recorrente nas narrativas dos atingidos pelo PLN.

A atividade “A voz das avós” aconteceu na comunidade Cristo Rei, insistentemente conhecida como Inferninho. Este foi um momento de contação de história onde Dona R. e Dona C. sentaram-se em roda, como *griôs*, a contar as origens da região às crianças e adolescentes ali presentes. Em um clima de brincadeira, as crianças cantaram e desenharam o que aprenderam com as senhoras. L.O afirma que se surpreendeu ao final das atividades com os desenhos das crianças, que pela destreza em passar para o papel, demonstraram muita precisão e atenção.

Com as temáticas “Museu: Mulher e Patrimônio” e “Mulheres da Esperança: Mapeando Memórias”, a geógrafa, arqueóloga e Mestra em Arqueologia, Ludiane Vilela, facilitou duas oficinas de cartografia para auxiliar na construção do Museu da Av. Boa Esperança, um sonho antigo dos moradores.

Dos dezenove encontros que tivemos ao longo de seis meses, escolhemos as atividades citadas para apresentar no presente artigo, pois, por óbvio, não caberiam aqui. Além das oficinas, outro trabalho de comunicação foi feito nas redes sociais. Os vídeos das oficinas são postados semanalmente em um canal próprio (“Mulheres nos Terreiros da Esperança”) no *YouTube* (plataforma *online* de distribuição digital de vídeos na internet). Outro modo de dar visibilidade à luta dos atingidos pelo PLN é a página *fanpage* “Lagoas do Norte Pra Quem?”, na rede social *Facebook*, onde também são feitas as divulgações do Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança, além das atividades permanentes de mobilização dos e das moradoras.

Em vias de conclusão

A busca por uma comunicação contra hegemônica e contra colonizada está profundamente ligada ao direito de construir outra cidade possível. Neste caminho de

contra colonização, os corpos-sujeitos (BOMFIM, 2010) que caminham desde uma apropriação da cidade são a única condição para romper com a lógica da cidade linear e excludente.

Os rumos da reportagem coletiva experimentados no Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança abrem caminhos para desconstrução dogmática da mídia. Antes de tudo, partem de uma circularidade, onde a horizontalidade constrói solidariedade em um saber que desencaixa, quer dizer, retira dos limites das caixas acadêmicas os saberes hierarquizados. O projeto de comunicação popular em estudo transborda em potências coletivas no sentido de uma comunicação do sensível que alarga pontes de encontros na cidade e trabalha no sentido de refazê-la, refazendo a nós mesmos, um dos mais preciosos de todos os direitos, como aponta Harvey (2013). As comunidades e organizações envolvidas neste trabalho continuam em luta, colocando em prática o verbo Esperançar.

Referências

ANZALDÚA, Glória. *La conciencia dela mestiza/Rumo a uma nova consciência*. Estudos feministas, Florianópolis, 13 (3), p. 704-719, setembro/dezembro, 2005.

BISPO, Antônio dos Santos. *Colonização, quilombo: modos e significações*. Brasília: Unb, 2015.

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. *Cidade e afetividade: Estima e construção dos Mapas Afetivos de Barcelona e São Paulo*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

CARMO, Francisca Daniele Soares; CARVALHO, Maria Dione de Moraes. *Territórios sociais de povos de Terreiros em Teresina-PI* (Consensos e dissensos no processo de intervenção urbanística do Programa Lagoas do Norte, zona Norte da cidade). Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

CARMO, Francisca Daniele Soares. *Povos de terreiro no contexto de intervenções urbanísticas* (Territórios sociais de religiosidade de matrizes africanas na zona Norte de Teresina-PI e o Programa Lagoas do Norte – PLN). 2017. 316f. Dissertação (mestrado em Sociologia – Universidade Federal do Piauí).

FRANCO, Mariele; FRANCISCO, Mônica; TAVARES, Rossana. *Nossos corpos, nossa cor, nossa cidade: os impactos causados pelas intervenções decorrentes dos grandes projetos de urbanização no Rio de Janeiro*. In: *Direito à cidade: uma outra visão de gênero* – São Paulo: IBDU, 2017.

HARVEY, David. *A Liberdade da Cidade*: —In: HARVEY, D; MARICATO, E; et al. *Cidades rebeldes*, São Paulo, Boitempo, 2013 (pag. 27 a 34).

JARA, Oscar H. *Como sistematizar? Uma proposta em 5 tempos*. 2º Seminário de Formação de Apoiadores Pedagógicos, MOVA-RS, Porto Alegre, 23 de setembro de 2001.

LANDER, Edgardo. *Ciências Sociais: Saberes coloniais e eurocêntricos*. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Compilado por Edgardo Lander. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO, 2005.

MEDINA, Cremilda. *A arte de tecer o presente* – Narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

_____. *Polifonia das ruas ou 'São Paulo de perfil', metáfora da cidadania*. In: *Memória e diálogo: escutas da zona leste, visões sobre a história oral*. Orgs: Ricardo Santhiago e Valéria Barbosa Guimarães – São Paulo: Voz e letra: Fapesp, 2011.

PEREIRA, Lucas Coelho. *Os reis do quiabo: meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina-Piuaí*. 2017. 208f. Dissertação (Mestrado em antropologia – Universidade Federal de Brasília, Brasília).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Apresentação da primeira edição em português*. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Compilado por Edgardo Lander. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO, 2005.

TERESINA. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. *Programa Lagoas do Norte: Marco de Reassentamento Involuntário das Famílias e Imóveis Afetados pela Implantação da 2ª Fase do PLN*. Teresina: SEMPLAN, 2014.